



000262

## PARECER FINAL N° 078/2019

**PROCESSO N°:** 005/2019

**EDITAL n°:** 004/2019

**INTERESSADO:** Fundo Municipal de Assistência Social / Comissão de Licitação.

**OBJETO:** Aquisição de materiais de gênero alimentício para o Fundo de Assistência Social do Municipal de Crixás do Tocantins.

**MODALIDADE:** Registro de Preço - Pregão Presencial – Tipo Menor Preço por Item

### I. Síntese da licitação.

Retornam os autos a esta Assessoria para emissão de parecer quanto ao procedimento licitatório, vez que a minuta do Edital, composto, inclusive, pela minuta do Contrato foi previamente analisada por esta Assessoria Jurídica, que com base nos dispositivos legais emitiu parecer prévio pela procedência dos mesmos.

Da nova análise do procedimento licitatório, constou-se que:

**No tocante à publicação e ao prazo:** consta nos autos o Aviso de Licitação devidamente exarada pelo Presidente da Comissão Licitação - CPL, o atestado de publicação do extrato do edital no placar da Prefeitura, o comprovante da publicação do resumo do edital no Diário Oficial do Estado n° 5.431, pág. 40, datado de 30/08/2019, consoante disposto no art. 21, I, da Lei 8.666/93 e art. 4° I, da Lei 10.520/02, com observância do prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para recebimento das propostas, de acordo com o disposto no inciso V do mesmo artigo, vez que o certame ocorreu no dia 17 de setembro de 2019, às 14h30.

**Quanto ao Credenciamento:** verifica-se que fora credenciada apenas 01 (uma) empresa, a qual apresentou declaração de que atende plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

### Do Julgamento das propostas e habilitação:

Aberta a proposta e analisados os preços apresentados pela empresa, foi aberta a fase de negociação, sendo que após verificação de que os preços coadunam com a política de preço de mercado dos produtos, foram devidamente adjudicados à empresa fornecedora **T O D E**

JESUS – ME, os itens: 01, 02, 03, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 80, 81, 82 e 83, tendo apresentado proposta no valor total dos itens de R\$ 120.943,50 (cento e vinte mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

Aberto o 2º (segundo) envelope, referente aos documentos de habilitação, a Pregoeira entendeu que a empresa credenciada atendeu de todos os requisitos do Edital referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, declarando-a vencedora; tendo, inclusive, a mesma apresentado a proposta realinhada tempestivamente.

Por outro lado, verifica-se que a Licitação restou fracassada em relação aos itens 04, 07, 09, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 32, 33, 34, 35, 37, 42, 49, 54, 56, 57, 59, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79, hipótese em que deve haver a republicação do Certame quanto aos itens não adjudicados.

Impende esclarecer que, caso seja republicada a licitação quanto aos itens não adjudicados e na abertura a mesma permaneça como sendo deserta ou fracassada, há possibilidade de contratação direta apenas em casos específicos, desde que, entre outros fatores, seja efetivamente demonstrada a necessidade de atendimento imediato dos interesses da coletividade deste Município.

Necessário também demonstrar que a demora em realizar a referida contratação, produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico, além de outros a serem analisados por esta Assessoria quando da existência de processo para este fim.

Isto posto, verificou-se que o princípio constitucional da isonomia foi observado e, em que pese tenha comparecido apenas 01 (um) licitante à sessão, as propostas apresentadas foram as mais vantajosas para a administração, motivo pelos quais foram selecionadas, sendo que a licitação foi processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório.

Assim, considerando a instrução dos autos, verificamos que o feito encontra amparo legal na Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93, razão pela qual *opina-se pela legalidade do processo licitatório*.

É o parecer, s.m.j.

Assessoria Jurídica, aos 24 dias do mês de setembro de 2019.

  
LEISE THAIS DA SILVA DIAS SANTOS  
ASSESSORA JURÍDICA